

IC - Inquérito Civil n. 06.2022.00002647-2.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por sua Promotora de Justiça, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e **LIGHT STAGE CASA DE FESTAS E EVENTOS LTDA**, CNPJ n. 43.741.541/0001-83, com sede na Rua Antônio Hulse, n. 1000, bairro Humaitá, Tubarão/SC, CEP 88.704-972, devidamente representada por seus sócios **ELTON DORNELLES BOAVENTURA**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF n. 086.264.609-02, portador do RG n. 7526604, residente e domiciliado na Rua Coronel Cabral, n. 591, apto 103, edifício Valência, bairro Centro, Tubarão/SC, CEP 88.701-050, telefone n. 48 9811-5554, e **CÁSSIO ROGÉRIO CARREIRA FILHO**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF n. 112.361.959-06, portador do RG n. 6159773, residente e domiciliado na Rua das Figueiras, n. 136, bairro Monte Castelo, Tubarão/SC, CEP 88.702-555, telefone n. 48 9685-4420, com a assistência do advogado **CLAUBER FLORES DE OLIVEIRA (OAB/SC 33.522)**, observadas as disposições do art. 25 e seguintes do Ato 395/2018/PGJ, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a emissão de ruídos em desacordo com o estabelecido na Resolução n. 001/90 do CONAMA e na NBR 10.151/2000, da ABNT, pode resultar danos à saúde humana;

CONSIDERANDO que tramita no âmbito do Ministério Público o Inquérito Civil Público n. 06.2022.00002647-2, cujo objeto é apurar notícia de poluição sonora advinda do estabelecimento LIGHT STAGE CASA DE FESTAS E EVENTOS LTDA;

CONSIDERANDO que, por meio de aferição sonora realizada pela Fundação Municipal do Meio Ambiente no Relatório de Fiscalização n. 011/2022, constatou-se que o estabelecimento produz ruídos acima dos padrões previstos na legislação;

RESOLVEM

Firmar o presente Termo de Ajustamento de Conduta, conforme cláusulas que seguem:

1 DO OBJETO:

Cláusula 1ª: O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade adequar a emissão de ruídos do LIGHT STAGE CASA DE FESTAS E EVENTOS LTDA aos parâmetros legais, bem como coibir a emissão de ruídos para a parte externa do estabelecimento acima dos níveis previstos na legislação de regência.

2 DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

Cláusula 2ª: A COMPROMISSÁRIA obriga-se a:

(I) no exercício de suas atividades, respeitar os limites de pressão sonora estabelecidos na Resolução n. 001/90 do CONAMA c/c NBR 10.151, da ABNT, definidos em **60dB para o período diurno e 55dB para o período noturno**, em medições realizadas em áreas externas – com a correção destes parâmetros de 10dB (A) para medições em áreas internas com a janela aberta e 15dB(A) para medições em área internas com a janela fechada (a exemplo do interior das residências vizinhas – conforme item 6.2.3 da referida NBR) – limites estes estipulados por estar o estabelecimento situado em local classificado pela legislação como **área mista, com**

vocação comercial e administrativa, obrigando-se, então, a não mais emitir ruídos em patamares superiores à legislação vigente;

Parágrafo único: A emissão de ruídos em patamares acima do permitido legalmente será considerada violação imediata do compromisso, em qualquer época.

(II) empreender medidas para evitar a aglomeração de pessoas na área externa de seu estabelecimento, considerando-se a reunião de 4 (quatro) ou mais pessoas, utilizando-se para tanto do segurança externo e, se necessário, buscando auxílio policial.

(III) para todos os eventos futuros realizados a partir da assinatura do presente compromisso, contratar seguranças para manter a ordem na área externa, de forma a conter as intercorrências negativas relativas ao empreendimento, na quantidade mínima de 1 (um) segurança, pelo menos, o(s) qual(is) deverá(ão) permanecer no local até 30 (trinta) minutos após o fechamento do estabelecimento, visando a inibir algazarras e perturbações dos clientes da casa e de frequentadores da área externa, para auxílio da polícia e identificação dos autores de perturbação do sossego por som automotivo ou qualquer outro som.

3 DAS CONSEQUÊNCIAS DO EVENTUAL DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 3ª: Incidirá a Compromissária em multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) em caso de descumprimento das Cláusulas I e II e em multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a cada constatação de descumprimento das Cláusulas III e IV.

Cláusula 4ª: O valor da multa será acrescido de R\$ 500,00 a cada nova reincidência.

Cláusula 5ª: As multas eventualmente aplicadas reverterão 50% para o Fundo Municipal do Meio Ambiente de Tubarão, na conta corrente da Caixa Econômica Federal, agência 0425, conta n. 71048-2, operação n. 006, ou PIX tesouraria@tubarao.sc.gov.br, somente por transferência bancária ou PIX com

identificação do depositante, e 50% em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados (conta corrente: 63.000-4, agência 3582-3, Banco do Brasil, CNPJ 76.276.849/0001-54).

Cláusula 6ª: O pagamento de eventual multa não exime a compromissária de dar cumprimento à obrigação contraída.

Cláusula 7ª: Os valores pactuados como multas previstas pelo descumprimento serão atualizados monetariamente pelos índices da Corregedoria Geral da Justiça¹ e juros moratórios de 1% ao mês para fins de protesto, execução judicial e/ou pagamento fora do prazo. Como dia inicial da mora e para aplicação dos índices de correção e juros, será considerado o primeiro dia após o vencimento dos prazos pactuados nas cláusulas ou, quando houver, da notificação expedida pelo Ministério Público e não atendida, solicitando a comprovação do cumprimento das obrigações.

Parágrafo 1º: Como dia inicial da mora e para aplicação dos índices de correção e juros, será considerado o primeiro dia após o vencimento dos prazos pactuados nas cláusulas ou, quando houver, da notificação expedida pelo Ministério Público e não atendida, solicitando a comprovação do cumprimento das obrigações.

Parágrafo 2º: Os valores das multas deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação da Promotoria de Justiça.

Parágrafo 3º: Não sendo efetuado o pagamento da multa, o título será protestado, conforme disposição do art. 22 do Ato 335/2014/PGJ, e a cobrança será realizada pelo COMPROMITENTE, com atualização monetária e juros de 1% ao mês sobre o que deveria ser pago.

4 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 8ª: O Ministério Público Estadual compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de natureza cível contra o compromissário, com referência ao ajustado, caso venha a ser cumprido o disposto neste ajuste de condutas. Além disso, se cabível acordo penal pela prática do crime correlato, referente aos Autos do Inquérito Policial n. 5002637-90.2022.8.24.0075, a recuperação e a mitigação dos

¹ <https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/atualizacao-monetaria>

danos ambientais, na forma dos artigos 91, I, do Código Penal, 387, IV, do Código de Processo Penal e 20 da Lei n. 9.605/98, serão contempladas com base nas medidas previstas no presente Termo de Ajustamento de Conduta.

Cláusula 9ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, §6º da Lei n. 7.347/85.

Tubarão, 05 de outubro de 2022.

[assinado digitalmente]

FERNANDA BROERING DUTRA

Promotora de Justiça

LIGHT STAGE CASA DE FESTAS E EVENTOS LTDA

Representada pelos sócios

Elton Dornelles Boaventura e Cássio Rogério Carreira Filho

CLAUBER FLORES DE OLIVEIRA

Advogado - OAB/SC 33.522